

Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal

ZÍLIA TOVAR * [ztovar@gmail.com]

Resumo | O presente artigo explora o tema do pedestrianismo, percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal, avaliando a sua dimensão e expressão territorial, através da análise das atividades de pedestrianismo promovidas, dos percursos existentes e dos programas de turismo de passeio pedestre disponíveis no mercado. São identificadas as áreas de maior desenvolvimento atual e potencial do turismo de passeio pedestre e os fatores que potenciam o valor acrescentado deste tipo de turismo.

A exposição do tema suporta-se nos três objetos de análise, pela seguinte ordem: o pedestrianismo, os percursos pedestres e o turismo de passeio pedestre. O primeiro aborda a temática do pedestrianismo e apresenta a análise da sua expressão territorial, em Portugal, com base na oferta das atividades promovidas. O segundo caracteriza e quantifica a realidade dos percursos pedestres homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, bem como apresenta a distribuição territorial das atividades de pedestrianismo e dos percursos pedestres e analisa a relação existente entre atividades e percursos e entre atividades, percursos e território. Na terceira parte identificam-se os operadores de turismo de passeio pedestre em Portugal, caracterizando-os de acordo com a sua origem e os destinos turísticos em que operam, e analisam-se os programas de turismo de passeio pedestre no nosso país, enfatizando a natureza dos destinos. No final, as conclusões evidenciam os fatores potenciadores do desenvolvimento de um destino de turismo de passeio pedestre.

Palavras-chave | Pedestrianismo, Percursos Pedestres, Turismo de Passeio Pedestre.

Abstract | The present article is focused on walking organized activities, walking paths and walking tourism in Portugal. It aims at assessing the dimension and territorial expression of this reality by analysing the provided activities, the existing resources and the available walking tourism programs.

The analysis of the territorial expression of walking organized activities is based on the offer promoted by different entities. The walking paths considered are those approved by the *Federação de Campismo e Montanhismo* of Portugal. Quantitative data is provided together with the geographical location of the considered activities and paths, as well as the existing relationship between activities and paths on the one hand, and activities, paths and their spatial distribution, on the other. After the identification of the tour operators, who offer walking tourism products in Portugal, these are characterized according to their origin and touristic destinations on their programs; subsequently the available walking tourism programs are reviewed as well, focusing on the spatial distribution of destinations.

Conclusions highlight the most relevant factors considered to be able to potentiate the development of a walking tourism destination.

Keywords | Walking, Walking Paths, Walking Tourism.

* **Mestre em Turismo**, ramo Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril e **Técnica Superior de Turismo** na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

1. Introdução

A prática de andar a pé em trilhos sinalizados, ou pedestrianismo, é uma atividade que tem vindo a ganhar um número crescente de praticantes (Kouchner e Lyard, 2001; Gonçalves, 2002). As principais motivações associadas ao pedestrianismo são o contacto com a natureza, o bem-estar físico e a descoberta, motivações que se encontram descritas para os mercados de turismo de saúde e bem-estar e, sobretudo, de turismo de natureza, mercados com fortes perspetivas de crescimento (THR, 2006-a; THR, 2006-b) e identificados, no âmbito do Plano Estratégico Nacional de Turismo, como de desenvolvimento prioritário.

O mercado europeu de turismo de natureza apresentou nos últimos anos um crescimento regular (THR, 2006-a). Em 2004, foram realizados 22 milhões de viagens cuja principal motivação foi usufruir deste produto, correspondendo a 9% do total de viagens realizadas pelos europeus. Para 2015 espera-se que este produto atinja os 43,3 milhões de viagens, o equivalente a um crescimento anual de 7% (THR, 2006-a). As oportunidades de crescimento relacionam-se com: uma maior e crescente consciência ambiental; o aumento da preferência por áreas não massificadas como destino de viagem; a crescente preferência por férias ativas; o aumento da procura de experiências e autenticidade; tirar partido das valências “património e cultura”; a ampla oferta de viagens de natureza na Internet, acessíveis a uma fatia crescente da população (THR, 2006-a).

O presente artigo explora o tema do pedestrianismo, percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal, avaliando a sua dimensão e expressão territorial, através da análise dos percursos existentes, das atividades de pedestrianismo promovidas e dos programas de turismo de passeio pedestre disponíveis no mercado. Analisando a expressão territorial do pedestrianismo e do turismo de passeio pedestre em Portugal são identificadas as áreas de maior potencial de desenvolvimento do turismo de passeio pedestre.

O objetivo geral deste artigo é o de contribuir para um melhor conhecimento da expressão do pedestrianismo, dos percursos pedestres e do turismo de passeio pedestre em Portugal, bem como identificar fatores que potenciam o desenvolvimento de um destino de turismo de passeio pedestre. Por sua vez, são objetivos específicos: identificar os principais promotores de atividades de pedestrianismo em Portugal; analisar a distribuição geográfica da oferta de atividades de pedestrianismo; analisar a distribuição geográfica da oferta de percursos pedestres em Portugal; relacionar a oferta de percursos pedestres com a oferta de atividades de pedestrianismo; identificar os principais operadores de turismo de passeio pedestre em Portugal; analisar os programas de turismo de passeio pedestre em Portugal, identificando os principais destinos; analisar a expressão territorial do turismo de passeio pedestre em Portugal; identificar fatores potenciadores do desenvolvimento de um destino de turismo de passeio pedestre.

A prossecução do trabalho assentou na seguinte metodologia: análise documental alicerçada em publicações científicas, técnicas e promocionais sobre o tema em geral; pesquisa e análise da distribuição geográfica das atividades de pedestrianismo em Portugal, através de informação disponível na Internet e no *blog* Pedestrianismo e Percursos Pedestres; pesquisa e análise da distribuição geográfica dos percursos pedestres em Portugal, considerando a informação disponibilizada *on-line* pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, relativa aos percursos pedestres homologados; análise da distribuição geográfica das atividades e percursos, através de cartografia produzida com base no Atlas Português do Ambiente; identificação dos operadores portugueses de turismo de passeio pedestre em Portugal, através de informação do Turismo de Portugal, disponível *on-line*; identificação dos operadores estrangeiros de turismo de passeio pedestre em Portugal, através de pesquisa no motor de busca *Google*, inserindo as expressões “*walk in Portugal*” e “*walking holidays Portugal*”; consulta e

análise da informação sobre programas de turismo de passeio pedestre, nas páginas de Internet dos operadores identificados.

A exposição do tema estrutura-se em cinco partes. A primeira introduz o tema e apresenta os objetivos, metodologia e organização do trabalho. Na segunda parte é feito um breve enquadramento conceptual do pedestrianismo, são identificadas as principais entidades promotoras da atividade no nosso país e é apresentada uma análise da expressão territorial do pedestrianismo feita com base na oferta de atividades promovidas nos três últimos anos (2007 a 2009). A terceira parte apresenta dados quantitativos sobre os percursos pedestres homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, bem como a distribuição territorial das atividades, dos percursos pedestres e a relação existente entre atividades e percursos e entre atividades, percursos e território. Na quarta parte, após a identificação dos operadores de turismo de passeio pedestre em Portugal, caracterizando-os de acordo com a sua origem e os destinos turísticos em que trabalham, apresenta-se uma análise da oferta de programas de turismo de passeio pedestre no nosso país, enfatizando os destinos. Por fim, as conclusões mostram um panorama territorial do pedestrianismo, percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal e identificam fatores potenciadores do desenvolvimento de um destino de turismo de passeio pedestre.

2. Pedestrianismo

Expressões, em português, como caminhar, andar a pé, praticar pedestrianismo, ou *walking*, *hiking* (EUA) ou *rambling* (Reino Unido), em inglês, encontram-se na literatura e referem-se todas à mesma atividade de andar a pé, em trilhos sinalizados ou promovidos para esse fim (Rodrigues, 2004; Tovar, 2010). A palavra *trekking*, também associada à mesma atividade, utiliza-se para

designar “as deslocações a pé, de alguns dias, em grande parte através de carreiros ou trilhos, em zonas montanhosas sem ligação a outras vias de comunicação” (Bietolini, 2007: 8).

Caminhar pelo puro prazer de caminhar, para explorar, por razões de saúde e bem-estar físico e espiritual, pelo convívio, para conhecer os próprios limites, para contemplar paisagens, para observar a natureza, como forma de escapar à vida de todos os dias, utilizando caminhos ou trilhos existentes, é a atividade a que se dá o nome de pedestrianismo, cada vez mais popular nas sociedades desenvolvidas (FPC, 2000; Gonçalves, 2002; Kouchner e Lyard, 2001; Rodrigues, 2006; Schelle, 2008).

O pedestrianismo em Portugal, como atividade de lazer com alguma popularidade, é recente (Davies e Cole, 2000; Rodrigues, 2004). A atividade esteve, durante muitos anos, ligada a grupos de montanha e de atividades de ar livre. Só a partir da década de 1990 é que se começaram a divulgar normas de marcação e são sinalizados os primeiros percursos pedestres, impulsionando o seu desenvolvimento. Nesta altura começam a surgir as primeiras publicações de divulgação de percursos. Os principais promotores de percursos e atividades de pedestrianismo são, inicialmente, os clubes. Numa fase posterior, as câmaras municipais, juntas de freguesia e associações de desenvolvimento assumem também um importante papel. Hoje é comum encontrar grupos de caminhantes a percorrerem trilhos, um pouco por todo o país.

Os objetivos associados à promoção deste tipo de atividades, por entidades com fins não comerciais, serão essencialmente os relacionados com o desporto em si e com o convívio, com a promoção de modos de vida saudável e com a promoção de um território, de características físicas e humanas específicas.

O *blog* Pedestrianismo e Percursos Pedestres (Vilarinho, 2009), talvez o mais difundido entre organizadores e praticantes, desde 2006, reúne e divulga informação sobre atividades de pedestrianismo. Disponibiliza um calendário com

atividades organizadas por 95 clubes/grupos, 82 câmaras municipais e juntas de freguesia e 60 associações e outras entidades locais, regionais e nacionais, cobrindo a totalidade do território nacional (quadro 1). Estas atividades consistem em caminhadas com duração inferior a um dia, temáticas ou não.

Em todo o país existem mais de 200 entidades a programar atividades de pedestrianismo, sem fins comerciais. As regiões Norte e Lisboa são as que apresentam maior dinâmica na organização deste tipo de atividades.

Para o ano de 2009 são apresentadas 1780 atividades programadas. Considerando que as atividades ocorrem geralmente ao fim de semana,

em média realizam-se cerca de 34 atividades por fim de semana, em todo o país e ao longo de todo o ano.

Comparando o ano de 2007 com o de 2009, nota-se um crescimento bastante elevado do número de atividades programadas ao longo de todos os meses (figura 1). Esse crescimento do número de atividades calendarizadas, entre o ano de 2007 e o ano de 2009, foi de 61%.

A avaliação da importância do pedestrianismo em Portugal, considerando o número de atividades programadas pelas diversas entidades, permite afirmar que, como atividade de lazer, o pedestrianismo tem uma importância significativa e ocorre com crescente regularidade em todo o território nacional.

Quadro 1 | Entidades promotoras de atividades de pedestrianismo, por região, em 2008 e 2009

Região	Clubes	C. Municipais J. Freguesias	Associações e outros	Total
Norte	37	15	14	66
Centro	17	20	13	50
Lisboa	24	24	14	62
Alentejo	8	13	5	26
Algarve	0	7	4	11
Açores	2	2	4	8
Madeira	7	1	2	10
Nacional	0	0	4	4
TOTAL	95	82	60	237

Fonte: Tovar, 2010.

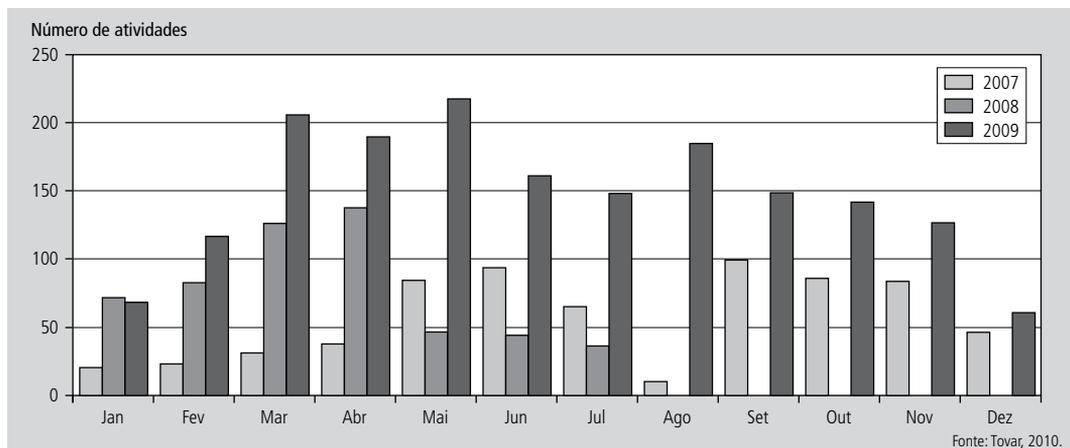
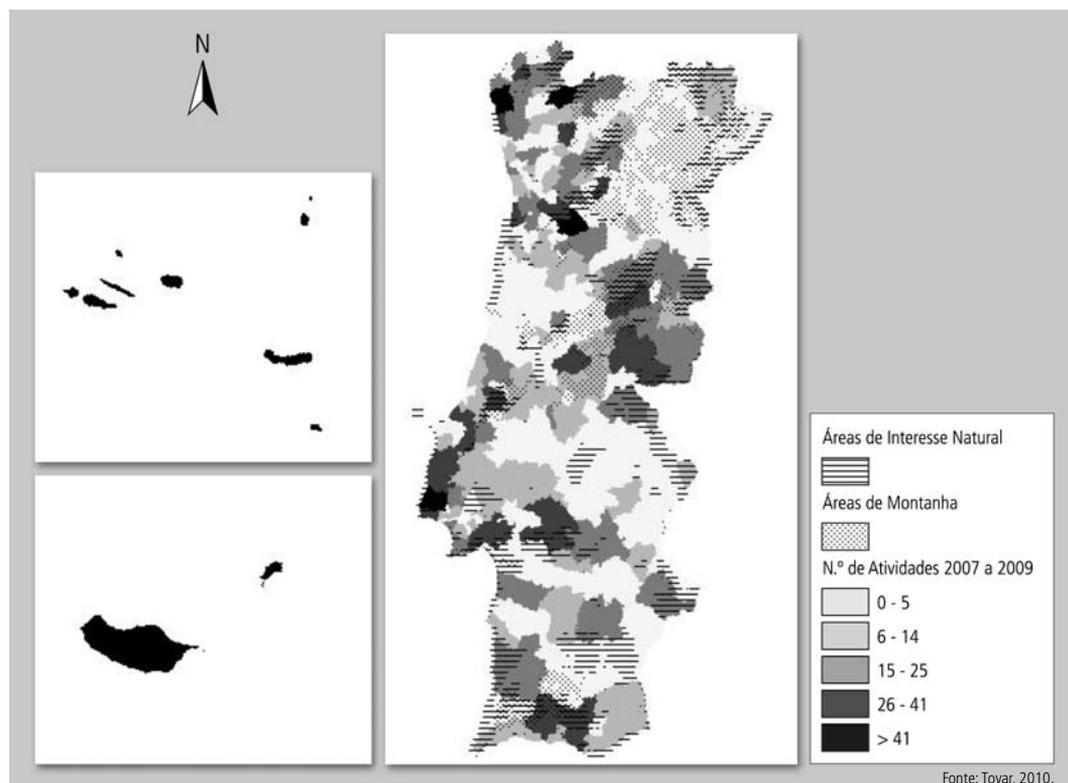


Figura 1 | Número de atividades de pedestrianismo, por mês, em 2007, 2008 e 2009. (Não existem dados disponíveis para o período de agosto a dezembro de 2008).



Fonte: Tovar, 2010.

Figura 2 | Pedestrianismo (2007-2009), áreas de montanha e áreas de interesse natural.

A figura 2 mostra a distribuição territorial das atividades de pedestrianismo programadas para os anos 2007 a 2009, as principais áreas de montanha¹ de Portugal continental e as áreas de

elevado interesse natural (áreas pertencentes à Rede Nacional de Áreas Protegidas² e a Rede Natura 2000³, apenas as do continente). Destacam-se algumas áreas do território nacional que apresentam maior número de atividades programadas: a área junto ao Parque Nacional da Peneda Gerês, a região da Serra da Freita, o concelho de Idanha-a-Nova e área envolvente, os concelhos que integram as Serras de Aire e Candeeiros, a Serra de Sintra e o Litoral da região de Lisboa, os concelhos de Montemor-o-Novo e Évora e os concelhos de Loulé, Tavira e Alcoutim, no Algarve, e ainda as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Relacionando a distribuição territorial das atividades de pedestrianismo com as principais áreas de montanha e áreas de elevado interesse natural, verifica-se uma clara coincidência com as paisagens de montanha e áreas de grande interesse natural.

¹ Definidas e apresentadas com base na carta de "Paisagem", do Atlas do Ambiente, do Sistema Nacional de Informação Geográfica (MAOT – APA, 2010). A mancha que representa as "Áreas de Montanha" é constituída pelas tipologias de paisagem: Montanhas de Granito e Xisto (níveis pastoril e florestal); Terra Quente Transmontana; Meia-encosta Nordeste; Sub-serra Erminiana; Douro Vinhateiro; Relevos Calcários; e Charneca (mata baixa durifolia).

² Rede Nacional de Áreas Protegidas – inclui Parque Nacional, Parques e Reservas Naturais, Paisagens Protegidas e Monumentos Naturais.

³ Rede Natura 2000 – integra as Zonas de Proteção Especial (ZPE), definidas pela aplicação da diretiva Aves (Diretiva Comunitária n.º 79/409/CEE) e as Zonas Especiais de Conservação (ZEC), estabelecidas ao abrigo da Diretiva Habitats (Diretiva Comunitária n.º 92/43/CEE).

3. Percursos Pedestres

Os percursos pedestres constituem a principal infraestrutura facilitadora da prática de pedestrianismo. São caminhos, marcados ou não, que são promovidos e divulgados com esse propósito principal (Braga, 2007; FPC, 2000; Hugo, 1999).

A criação de um percurso pedestre implica a preparação de um caminho, normalmente já existente, de maneira a que os seus utilizadores se sintam mais seguros e confortáveis ao percorrê-lo. A sua criação constitui, muitas vezes, uma forma de revitalização de caminhos antigos, que com o desenvolvimento dos transportes, por um lado, e o declínio da agricultura e da pastorícia, por outro, deixaram de ser usados.

Em Portugal, a promoção da prática de pedestrianismo, bem como o registo, homologação e divulgação de percursos pedestres é da responsabilidade da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP), precedente Federação Portuguesa de Campismo (FPC).

A marcação de percursos pedestres, e posterior homologação, obedece a um conjunto de normas que se encontram descritas no manual "Percursos Pedestres – Normas para Implantação e Marcação", que foi promovido e difundido pela FPC, desde 1994.

De acordo com dados da FCMP, atualmente existem cerca de 3348 km de percursos pedestres homologados em Portugal, que se distribuem pelas 7 regiões do país, de acordo com a descrição do quadro 2. Destacam-se as regiões Norte, Centro e Algarve que,

em conjunto, perfazem 2542,9 km de percursos pedestres homologados, ou seja, 76% do total.

O total de quilómetros de percursos corresponde a percursos de pequena rota (extensão até 30 km) e percursos de grande rota (com mais de 30 km de extensão), sendo a maioria de pequena rota (cerca de 71%), ou seja, percursos de uma jornada.

De acordo com os dados da FCMP, o território continental apresenta 98,8% do número de percursos pedestres de pequena rota e concentra 99,2% do total de quilómetros. A região Norte é a que apresenta mais quilómetros de percursos pedestres de pequena rota, seguindo-se a região Centro, o Algarve, o Alentejo e Lisboa. A região dos Açores não tem qualquer percurso pedestre homologado e a região da Madeira tem apenas 3 percursos pedestres, com um total de 18,8 km.

Os percursos pedestres de grande rota, homologados, estendem-se por quase 1000 km do território de Portugal continental. Os arquipélagos dos Açores e da Madeira não têm percursos pedestres de grande rota homologados. A região Norte é a que possui maior número de quilómetros de percursos pedestres de grande rota homologados, seguindo-se o Algarve, a região Centro, Lisboa e, por fim, o Alentejo.

A figura 3 mostra a distribuição de percursos pedestres homologados – total de quilómetros por concelho – bem como a localização das principais áreas de interesse natural e áreas de montanha.⁴

⁴ Definidas de acordo com o explicado para a figura 2.

Quadro 2 | Percursos pedestres homologados, por região, até abril de 2009

Região	N.º de kms de Percursos Pedestres Homologados		
	Pequena Rota (PR)	Grande Rota (GR)	Total
Norte	734,5	291,1	1025,6
Centro	578,7	182,8	761,5
Lisboa	139,5	162	301,5
Alentejo	406,6	78	484,6
Algarve	488,8	267	755,8
Açores	0	0	0
Madeira	18,8	0	18,8
TOTAL	2366,9	980,9	3347,8

Fonte: Tovar, 2010.

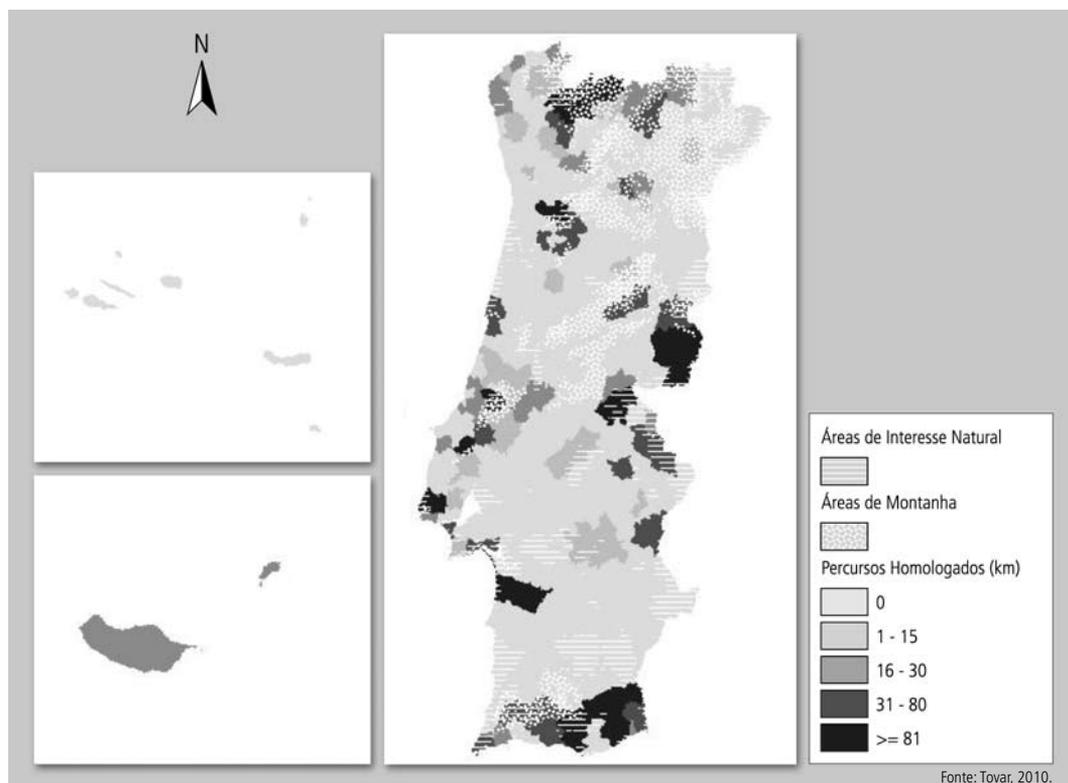


Figura 3 | Distribuição territorial dos percursos pedestres homologados.

A observação do mapa da figura 3 permite verificar que os concelhos em que existe maior número de quilómetros de percursos homologados, com mais de 81 quilómetros de percursos, se situam em áreas de grande interesse natural, como são os casos dos concelhos:

- Terras de Bouro e Montalegre, no Parque Nacional da Peneda Gerês, e o concelho vizinho de Vieira do Minho;
- Arouca, que integra a Zona Especial de Conservação (ZEC) das Serras da Freita e Arada (PTCON0047);
- Idanha-a-Nova, com a Zona de Proteção Especial (ZPE) Tejo Internacional, Erges e Pônsul (PTZPE0042);
- Nisa, muito próximo do Parque Natural da Serra de S. Mamede, com grande parte da sua área na ZEC de São Mamede (PTCON0007);
- Porto de Mós, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros;
- Cadaval, na Área de Protecção da Serra de Montejunto;
- Sintra, no Parque Natural Sintra-Cascais;
- Grândola, que integra a ZEC Comporta/Galé (PTCON0034);
- Loulé e Tavira, no Parque Natural da Ria Formosa;
- Alcoutim, que integra a ZEC Guadiana (PTCON0036).

É ainda de realçar que estes concelhos, que dominam o panorama nacional em termos de quilómetros de percursos pedestres homologados, têm no seu território importantes áreas de montanha, como as Serras da Peneda e Gerês, Serra da Freita, Serra de Penha Garcia, Serras de Aire e Candeeiros,

Serra de Montejunto, Serra de Sintra, Serra de Grândola, Serra de S. Mamede e Serra do Caldeirão.

Os concelhos que se enquadram no nível imediatamente abaixo, em número de quilómetros de percursos homologados, na categoria “31-80 km”, são concelhos que se situam na vizinhança dos primeiros.

Destacam-se ainda no mapa da figura 3 as áreas formadas por conjuntos de concelhos, vizinhos entre si, com assinalável ocorrência de percursos pedestres homologados:

- A área junto à fronteira Norte do país, desde Melgaço até Bragança, que se estende para Sul englobando os concelhos de Guimarães e Amarante, estendendo-se pelo litoral, entre Valença e Póvoa do Varzim;
- A área de Arouca, S. Pedro do Sul e Vouzela;
- A área de Penamacor e Idanha-a-Nova;
- A região das Serras de Aire e Candeeiros e Serra de Montejunto e o seu prolongamento para o litoral, formando uma faixa, nem sempre contínua, entre Leiria e Grândola;
- Por fim, a terceira área do país em número de quilómetros de percursos homologados – a região do Algarve – que apresenta uma superfície bem definida e de expressiva continuidade.

A distribuição geográfica dos percursos pedestres pelo território nacional reflete a existência de áreas, com características comuns, onde a oferta é mais concentrada, em termos de riqueza do património natural e de localização em ambiente de montanha.

Apesar das competências e dos esforços da FCMP, no sentido de promover o pedestrianismo em Portugal e apelar à homologação e registo de percursos, os recursos existentes para a prática desta atividade são consideravelmente mais extensos do que os dados apresentados. De facto, existe uma grande quantidade de percursos pedestres que não se encontra homologada e consequentemente não integra o Registo Nacional de Percursos Pedestres.

Nas regiões da Madeira e dos Açores existe legislação regional⁵ relativa aos percursos pedestres,

o que pode explicar a quase inexistência de percursos pedestres homologados de acordo com as normas da FCMP e essa legislação reflete que os percursos pedestres são reconhecidos, nestas regiões, como um recurso importante para certos nichos turísticos que visitam as ilhas.

A existência ou ausência de percursos pedestres homologados não condiciona a existência de atividades de pedestrianismo, pois existem territórios onde não existem percursos homologados e é promovida a realização de atividades desta modalidade. A relação entre a existência de percursos homologados e o número de atividades de pedestrianismo programadas (em 2009), por concelho, pode observar-se na figura 4. Esta figura mostra que, de facto, existe uma área muito extensa, do território português, que não tem percursos pedestres homologados mas que apresenta programação de atividades de pedestrianismo. A situação contrária, que se traduz na existência de concelhos com percursos pedestres homologados mas nos quais, segundo a fonte consultada, não há atividades programadas, é pouco frequente.

A maior parte dos concelhos que não apresentaram atividades programadas em 2009 não tem, de facto, percursos pedestres homologados.

Pode concluir-se que o potencial de uma região para desenvolver atividades de pedestrianismo não é determinado pela extensão de percursos pedestres homologados. Fatores como o elevado interesse natural ou a existência de paisagens de montanha favorecem a prática de pedestrianismo e também a existência de percursos pedestres homologados.

Existe, de facto, uma relação óbvia entre os locais que apresentam atividades programadas e as principais áreas de interesse natural. De Norte a Sul do país, as áreas para as quais existem atividades programadas coincidem com as que integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas e a Rede Natura 2000.

⁵ Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M e Decreto Legislativo Regional n.º 16/2004/A.

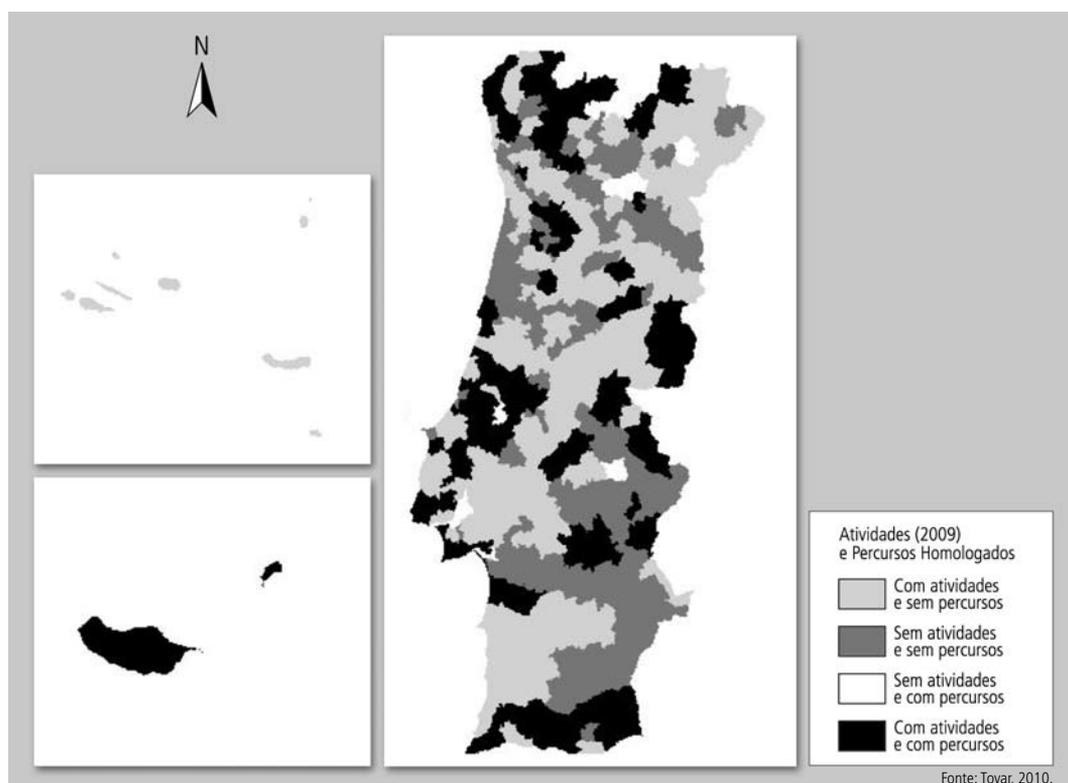


Figura 4 | Atividades de pedestrianismo e percursos pedestres homologados.

Os territórios de montanha da região Centro, com escassos quilómetros de percursos homologados, apresentam-se aqui como importantes espaços de realização de atividades de pedestrianismo.

Com exceção do Nordeste Transmontano, as principais áreas de montanha, em território nacional, são palco de atividades de pedestrianismo organizadas.

Considera-se assim, que estas áreas – de montanha e de elevado interesse natural – têm elevado potencial de desenvolvimento de produtos de turismo de passeio pedestre.

O turismo pode mesmo constituir uma oportunidade de as revitalizar, diversificando a sua base de sustentação, uma vez que estas apresentam, muitas vezes, graves problemas económicos e sociais que vão levando à perda de população e ao abandono dos espaços (Carvalho, 2008).

A ideia não é nova e algumas destas áreas,

tão importantes como palco das atividades de pedestrianismo organizadas com fins não comerciais, são também destinos turísticos, onde o passeio pedestre assume a componente principal do produto turístico.

4. Turismo de passeio pedestre

Em Portugal, a organização e venda de atividades recreativas, desportivas ou culturais, em meio natural ou em instalações fixas, de carácter lúdico, com interesse turístico para a região onde se desenvolvam é uma atividade própria das empresas de animação turística (Decreto-Lei n.º 108/2009). Os passeios pedestres enquadram-se neste tipo de atividades e a sua organização, com fins comerciais,

é feita principalmente pelas empresas de animação turística. De acordo com o quadro legal que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística, também é permitida a organização de programas de passeio pedestre pelas agências de viagens e empreendimentos turísticos, desde que previsto no seu objeto e cumpram o mesmo tipo de condições exigidas às empresas de animação turística, nomeadamente em termos de seguros obrigatórios de acidentes pessoais e de responsabilidade civil, segundo o artigo 5º.

O Turismo de Portugal mantém um registo das empresas de animação turística e agências de viagens, que estão licenciadas em Portugal. A partir desta fonte foi possível identificar 161 empresas registadas como organizadoras de passeios pedestres.

Em todas as regiões existem empresas com oferta de passeios pedestres, metade das quais é originária das regiões Norte (28%) e Lisboa (21%). As restantes empresas com oferta de programas de turismo de passeio pedestre repartem-se da seguinte forma pelo território nacional: Açores – 10%, Alentejo – 10%, Algarve – 6%, Centro – 19% e Madeira – 6%. A distribuição geográfica das empresas não permite tirar conclusões sobre os locais onde se realizam os passeios. Para tal, e com recurso à Internet⁶, foram analisados os programas destas empresas, disponíveis *on-line*.

De acordo a THR (2006-a), em Portugal, 98% das empresas que operam no setor do turismo de natureza, promovem a sua oferta através da Internet. Se bem que a grande maioria das empresas tenha presença na Internet, das 161 empresas inventariadas, apenas 62 empresas apresentam *on-line* programas de passeio pedestre. É de referir que muitas das empresas registadas como organizadoras de passeios pedestres, não apresentam, de facto, este tipo de programa.

Foram considerados 487 programas cuja componente principal é o passeio pedestre. Porém, a organização de passeios pedestres em Portugal

não é exclusiva das empresas portuguesas, também operadores estrangeiros organizam este tipo de programas no nosso país. De facto, numa pesquisa feita na Internet ao conjunto de operadores turísticos, selecionados por pesquisa no motor de busca Google, inserindo as expressões “*walking holidays Portugal*” e “*walk in Portugal*”⁷, os resultados revelaram que existe um importante conjunto de operadores que vendem férias de passeio pedestre em Portugal, essencialmente produtos que, pela forma como são apresentados, apelam à beleza da paisagem e à riqueza natural, enquadrando-se na esfera do turismo de natureza.

Da pesquisa efetuada, que não é de modo algum exaustiva, e apresenta um carácter meramente exploratório, e reconhecendo que foi dada, pelo critério de busca utilizando expressões em língua inglesa, primazia aos operadores que se dirigem ao público anglófono, foram encontrados 23 operadores, do Reino Unido, Estados Unidos da América e Austrália, com oferta de 104 programas de férias de passeio pedestre em Portugal.

Os programas oferecidos pelos operadores portugueses e estrangeiros têm a duração de 1 ou vários dias. No caso dos programas de 1 dia, estes consistem, geralmente, num passeio pedestre guiado, temático ou não. Aqueles que têm duração superior a 1 dia apresentam-se nas diferentes modalidades de férias de passeio pedestre: férias com tudo incluído, férias autoguiadas, férias itinerantes ou férias centradas num alojamento. Há programas que incluem o transporte para o destino – a viagem de avião, no caso de operadores estrangeiros – outros que apenas incluem os serviços no destino. Há diferentes tipologias de alojamento utilizadas e também diferentes modalidades no que diz respeito às refeições.

Os programas foram analisados considerando essencialmente o destino e a duração, permitindo

⁶ Foram consultadas as ofertas de todas as empresas listadas com página de Internet, entre os dias 12-12-2009 e 15-12-2009.

⁷ As pesquisas foram efetuadas entre os dias 30-10-2009 e 5-11-2009.

uma visualização territorial da oferta de turismo de passeio pedestre em Portugal. Os programas promovidos, tanto pelos operadores portugueses como pelos estrangeiros, cobrem a totalidade do território nacional. Os destinos mais representados situam-se nas regiões Norte e de Lisboa, acolhendo estas regiões quase metade (47%) dos programas oferecidos em território nacional (figura 5).

A análise autónoma dos destinos referidos nos programas dos operadores portugueses e dos operadores estrangeiros (figura 6) permite verificar que os programas oferecidos pelos operadores portugueses refletem a localização dos próprios operadores

Tendencialmente, um operador português organiza programas dentro da sua própria região, o que é natural, pois a organização deste tipo de programas exige um profundo conhecimento do território.

Em relação aos destinos preferidos pelos operadores estrangeiros, de acordo com os programas analisados, têm maior importância as regiões Madeira e Norte, seguidas do Algarve, Alentejo e Açores. As regiões Centro e Lisboa ocorrem com uma frequência quase residual nos seus programas.

Os programas de passeio pedestre analisados têm duração variável, encontrando-se com maior frequência programas com duração de vários dias nos operadores estrangeiros e programas com duração inferior, frequentemente de um dia apenas, nos operadores portugueses (quadro 3).

Os programas oferecidos pelos operadores estrangeiros têm uma duração de 4 ou mais dias, sendo mais frequentes os programas de 7 ou 8 dias.

A maioria dos programas organizados por empresas portuguesas é de 1 dia, sendo um período

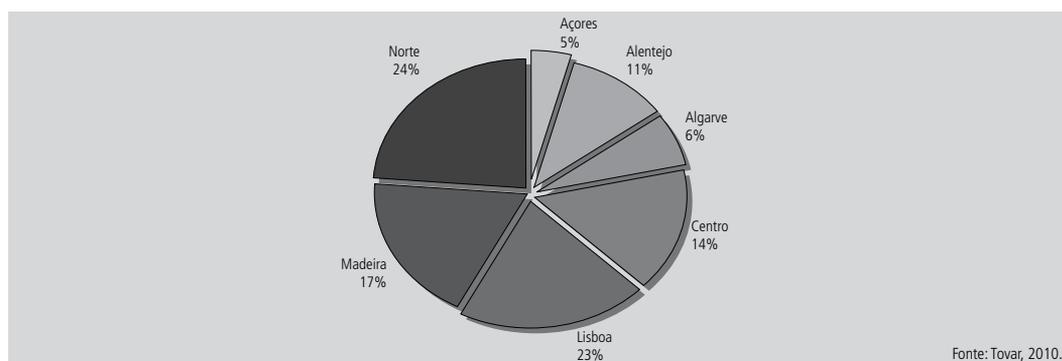


Figura 5 | Programas de turismo de passeio pedestre por região.

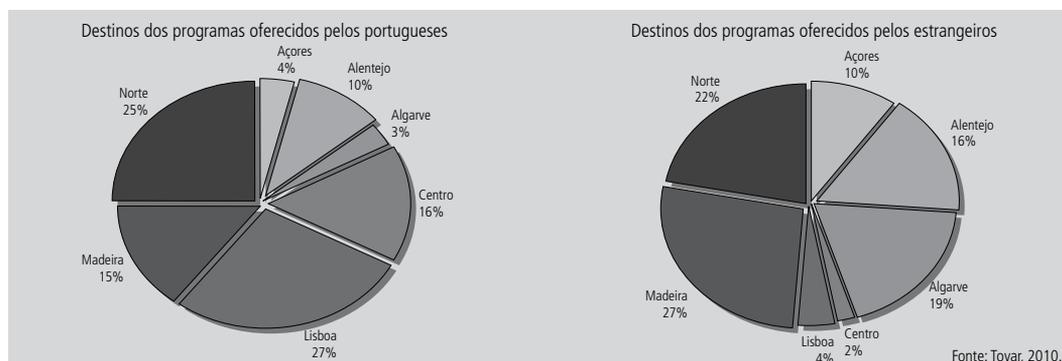


Figura 6 | Destinos dos programas oferecidos pelos operadores portugueses/estrangeiros.

Quadro 3 | Duração dos programas de turismo de passeio pedestre

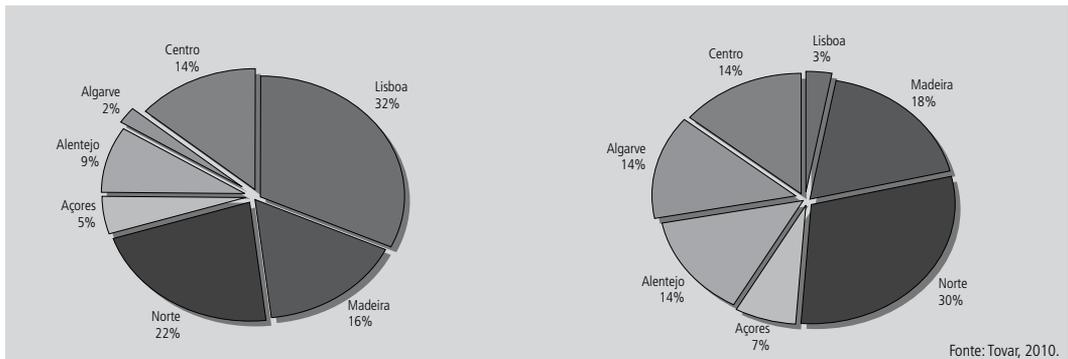
Operador	Duração dos programas, em dias					
	1	2 e 3	4 a 6	7 a 8	9 e 10	>= 11
Operadores portugueses	407	57	4	15	2	2
Operadores estrangeiros	0	0	12	81	1	9
TOTAL	407	57	16	96	3	11

Fonte: Tovar, 2010.

diminuto em comparação com os dos operadores estrangeiros, com uma oferta de programas com duração superior a 4 dias. Entre os programas de turismo de passeio pedestre de 2 ou mais dias, que são oferecidos pelos operadores portugueses, ocorrem com maior frequência os programas de fim de semana (2 e 3 dias), seguindo-se os programas semanais, com 7 ou 8 dias.

O número significativo de programas de passeio pedestre de 1 dia (figura 7) na região de Lisboa contrapõe com a sua importância como destino de

turismo de passeio pedestre, quando se consideram apenas os programas com duração superior. Considerando apenas os programas com 2 ou mais dias de duração (figura 7), e analisando uma vez mais os principais destinos, verifica-se que as regiões mais importantes são o Norte (30%), a Madeira (18%) e as regiões Centro, Alentejo e Algarve (14%). Nestes, a região dos Açores, embora com menor número de programas que as restantes regiões (com exceção de Lisboa), é a região que apresenta maior número de programas com duração superior a 11 dias (quadro 4).

**Figura 7** | Programas, de 1 dia e de 2 dias ou mais, por região.**Quadro 4** | Programas de turismo de passeio pedestre, de 2 dias ou mais, por região

Região	Duração dos programas, em dias					N.º Programas Total
	2 e 3	4 a 6	7 a 8	9 e 10	>= 11	
Açores	1	1	6	0	4	12
Alentejo	5	1	18	0	2	26
Algarve	4	1	19	0	1	25
Centro	19	1	6	0	0	26
Lisboa	1	4	0	0	0	5
Madeira	1	1	26	3	2	33
Norte	26	7	21	0	2	56
TOTAL	57	16	96	3	11	183

Fonte: Tovar, 2010.

Os programas de passeio pedestre de 1 semana (7 ou 8 dias) são os mais frequentes, em Portugal, seguindo-se os programas de fim de semana ou fim de semana alargado, com 2 a 6 dias de duração.

Observando a duração dos programas em cada uma das regiões destino (quadro 4), podem classificar-se os destinos, de acordo com a duração mais frequente dos programas que acolhem:

- Os Açores, Alentejo, Algarve e Madeira são destinos de programas de 7/8 dias;
- O Centro é destino de programas de 2/3 dias;
- O Norte é destino de programas de 2/3 dias e 7/8 dias;
- Lisboa apresenta um número residual de programas, sendo os mais frequentes os de 4 a 6 dias.

Em cada uma das 7 grandes regiões é possível identificar destinos, mais específicos, que constam com maior frequência nos programas de turismo de passeio pedestre. Nesta análise consideram-se todos os programas, incluindo os que têm a duração de 1 dia.

Há programas que referem apenas “Açores” (36%), por exemplo, mas há outros que especificam um pouco mais o destino. 35% tem a ilha de S. Miguel como destino e 23% a ilha do Pico, onde têm relevância os programas de subida ao ponto mais alto de Portugal. Em “outros” (6%) destacam-se os programas que envolvem várias ilhas, programas no Faial e na ilha de S. Jorge.

No Alentejo, a preferência dos operadores é a Costa Alentejana (38%), desde Grândola até Odeceixe, integrando a área do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. A área do Parque Natural da Serra de São Mamede (11%) é também um importante destino de turismo de passeio pedestre, na região Alentejo. Em “outros” (19%), encontram-se programas no vale do Guadiana e Mértola, Monsaraz, Serra d’Ossa, Estuário do Sado e Évora. Programas que mencionam apenas “Alentejo” representam 32% dos programas existentes para esta região.

Os programas de turismo de passeio pedestre no Algarve apresentam-se para os destinos Algarve de forma genérica (46%), Monchique ou Serra de Monchique (20%) e Costa Vicentina (20%) ou outros (14%). A Costa Vicentina estende-se desde a ponta de Sagres até Odeceixe, onde se encontra a fronteira com o Alentejo. Esta área da costa ocidental algarvia, que integra o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, tem um peso importante nos destinos algarvios de passeio pedestre.

A região Centro apresenta grande fragmentação de destinos de passeio pedestre, muito poucos se identificando por “Centro” (1%). Destinos como Aldeias do Xisto e Serra da Lousã (29%), Parque Natural da Serra da Estrela (26%) ou Aldeias Históricas (11%), são de grande importância. Uma grande diversidade de outros destinos representa 33% dos programas na região Centro: Vale do Ceira, Oliveira do Hospital, Serra do Açor, Serra do Caramulo, Serra da Gardunha, Serra de Sicó, entre outros. A região apresenta uma importante área de montanhas (Cordilheira Central) que se estende de Nordeste para Sudoeste e integra as serras da Estrela, Gardunha, Açor, Lousã, Alvelos, Muradal e Malcata, com áreas de paisagem de grande beleza e ainda pouco exploradas, que constituem destinos quase exclusivos do rol de ofertas das empresas de animação turística locais. Os operadores estrangeiros têm uma atuação muito reduzida nesta região. Foram encontrados apenas 2 programas, com duração de 8 dias, em Belmonte (Aldeias Históricas).

Essencialmente destino de programas de 1 dia, a região de Lisboa apresenta duas áreas privilegiadas para a realização de passeios pedestres: o Parque Natural da Serra da Arrábida, destino presente em 30% dos programas para esta região, e o Parque Natural Sintra-Cascais, em 38% dos programas. Lisboa aparece como destino apenas em 7% dos programas para esta região. Outros destinos, que representam 25% do total, são a Tapada de Mafra, Serra de Montejunto, Serras d’Aire e Candeeiros, Costa da Caparica, Sesimbra e Estuário do Tejo.

A região Norte é a única região do país que integra um Parque Nacional – o Parque Nacional Peneda-Gerês (PNPG) – que representa, segundo os programas analisados, uma das mais importantes áreas, em Portugal, para a prática de pedestrianismo, e está presente em 34% dos programas da região. Em Portugal continental, em números absolutos, é o segundo destino de passeio pedestre mais importante, sendo apenas superado pelo Parque Natural de Sintra-Cascais, na região de Lisboa.

A região do Douro (15% dos programas) é também um importante destino de turismo de passeio pedestre, no Norte de Portugal. Esta região apresenta importância relevante nos programas dos operadores estrangeiros e assume a posição de destino mais importante, no Norte de Portugal, quando se consideram apenas os programas com 2 ou mais dias. Em “Outros” (45%), encontram-se destinos como a Serra da Freita, Serra d’Arga, Vale do Lima, Viana do Castelo, Parque Natural de Montesinho, entre outros.

A região da Madeira aparece, em grande parte dos programas, como destino em si. Os programas, de uma forma genérica, referem “Madeira” ou “Levadas da Madeira”. Assim, no caso desta região, não são considerados diferentes destinos mais específicos.

5. Conclusões

O pedestrianismo é uma atividade com elevadas perspectivas de crescimento, assim como o turismo de passeio pedestre enquadrado no âmbito do turismo de natureza.

Em todas as regiões de Portugal existe oferta de percursos pedestres, atividades de pedestrianismo e programas de turismo de passeio pedestre. Destacam-se as regiões Norte e Lisboa, quando se consideram programas de 1 dia. A apreciação de programas com duração superior confere a importância da região Norte e faz sobressair

também as regiões da Madeira, Algarve, Alentejo e Centro, como principais destinos de turismo de passeio pedestre em Portugal.

As regiões apresentam diferentes características, em termos de recursos, condicionando o tipo de programas oferecidos. A maioria das regiões apresenta programas de 7/8 dias, com exceção do Centro e Lisboa, que figuram em programas de duração mais curta. Estas regiões são as mesmas que quase não figuram nos programas dos operadores estrangeiros. No entanto, são regiões que ocupam posições importantes quando se considera o número de quilómetros de percursos homologados, o número de atividades de pedestrianismo de carácter não comercial e o número de atividades de pedestrianismo com a duração de um dia. É possível concluir, mesmo antes de considerar outros fatores como, por exemplo, a existência de alojamento adequado, as acessibilidades ou outros serviços, que apesar do potencial que oferecem para a prática do pedestrianismo, estas duas regiões não estão a explorar esse valor, do ponto de vista turístico.

Nos destinos mais específicos destacam-se as áreas protegidas (parque nacional e parques naturais), em todas as regiões do país, o Douro, no Norte, e as Aldeias Históricas de Portugal e as Aldeias do Xisto, no Centro.

Os programas de turismo de passeio pedestre, oferecidos no mercado de viagens, bem como as atividades de pedestrianismo organizadas sem fins comerciais, privilegiam os territórios de montanha e os espaços de grande interesse natural. São áreas que apresentam valores patrimoniais e paisagísticos relevantes, que permitem reorientar a sua vocação e reverter os espaços, dando-lhes novos usos/funções associados à emergência de um novo sistema social de valores, ligado à sociedade urbana e à fruição de tempos livres, que reconhece como excepcionais as qualidades culturais e naturais que melhor identificam as montanhas (Carvalho, 2005).

Neste contexto, estas áreas apresentam um elevado potencial para se desenvolverem como destinos turísticos de passeio pedestre, contrariando

as atuais tendências de abandono, degradação e despovoamento. Destinos com intervenções recentes direcionadas para o desenvolvimento de produtos turísticos específicos, nomeadamente turismo de passeio pedestre, como o Douro, Aldeias Históricas de Portugal e as Aldeias do Xisto, poderão constituir bons exemplos demonstrativos dos fatores que potenciam o desenvolvimento de um destino de turismo de passeio pedestre.

Bibliografia

- APA - Agência Portuguesa do Ambiente, 2010, *Sistema Nacional de Informação Geográfica – Atlas do Ambiente*, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, [http://www2.apambiente.pt/atlas/est/index.jsp], (Site acedido em 28 de janeiro de 2010).
- Bietolini, A., 2007, *Manual de Caminhada – Trekking*, Arte Plural Edições, Portugal.
- Braga, T., 2007, *Pedestrianismo e Percursos Pedestres*, Amigos dos Açores. Pico da Pedra, Açores [http://www.scribd.com/doc/3700898/PEDESTRIANISMO-E-PERCURSOS], (Site acedido em 14 de fevereiro de 2009).
- Carvalho, P., 2005, *Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*, Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 657 pp.
- Carvalho, P., 2008, Questionando as trajectórias e as perspectivas de desenvolvimento das áreas de montanha em Portugal – entre marginalização e integração territorial, in Valença, Márcio (coord.), *Globalização e Marginalidade. Desenvolvimento, na teoria e na prática*, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, pp. 935-946.
- Carvalho, P., 2009, Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade, *Biblos*, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Vol. VII (2.ª série), pp. 485-506.
- Davies, B., Cole, B., 2000, *Walking in Portugal*, 2.ª edição, Pila Pala Press, Reino Unido.
- Decreto Legislativo Regional N.º 7-B/2000/M, *Diário da República*, I Série A, N.º 67, 20-03-2000, Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa Regional, pp. 1080(2)-1080(6).
- Decreto Legislativo Regional N.º 16/2004/A, *Diário da República*, I Série A, N.º 85, 10-04-2004, Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa Regional, pp. 2221-2224.
- Decreto-Lei N.º 108/2009, *Diário da República*, I Série, N.º 94, 15-05-2009, Ministério da Economia e Inovação, pp. 3035-3045.
- Diretiva Comunitária 79/409/CEE (Diretiva Aves), de 2 de abril de 1979, *Jornal Oficial* N.º L 103 de 25/04/1979, pp. 0001-0018, Conselho das Comunidades Europeias.
- Diretiva Comunitária 92/43/CEE, de 21 de Maio de 1992, *Jornal Oficial* N.º L 206 de 22/07/1992, pp. 0007-0050, Conselho das Comunidades Europeias.
- Federação Portuguesa de Campismo (2000), *Pedestrianismo – O desporto dos que andam a pé. Percursos Pedestres – Normas para implantação e marcação*, Federação Portuguesa de Campismo e Secretaria de Estado do Desporto, Portugal.
- Gonçalves, J., 2002, *Passo-a-passo – Percursos Pedestres de Portugal*, Federação Portuguesa de Campismo, Instituto Nacional do Desporto, Lisboa.
- Hugo, M., 1999, A comprehensive approach towards the planning, grading and auditing of hiking trails as ecotourism products, *Current Issues in Tourism*, Vol. 2, N.º 2, pp. 138-174.
- Kouchner, F., Lyard, J., 2001, A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais – Guia pedagógico para a elaboração e execução de um projecto de passeio pedestre, *Inovação em Meio Rural*, Caderno N.º 12, Observatório Europeu Leader, [http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/walking/walking.pdf], (Site acedido em 12 de fevereiro de 2009).
- Rodrigues, A., 2004, *Trilhos Pedestres e Turismo: análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.
- Rodrigues, A., 2006, Os Trilhos Pedestres como uma actividade de lazer, recreio e turismo – uma análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, N.º 6, pp. 83-94.
- Schelle, K., 2008, *A Arte de Passear*, Publicações Europa-América, Portugal.
- THR – Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, 2006-a, *Turismo de Natureza*, Turismo de Portugal, Lisboa, [http://www.turismodeportugal.pt/Portu%C3%AAAs/Proturismo/ProductoseDestinosTuristicos/ProductosTuristicos/TurismoNatureza/Anexos/TURISMO%20DE%20NATUREZA.pdf], (Site acedido em 16 de fevereiro de 2009).
- THR – Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, 2006-b, *Saúde e Bem-Estar*, Turismo de Portugal, Lisboa, [http://www.turismodeportugal.pt/Português/ÁreasActividade/productosedestinos/productosturisticos/Documents/SAUDE%20E%20BEM-ESTAR.pdf], (Site acedido em 16 de fevereiro de 2009).
- Tovar, Z., 2010, *Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Turismo (Gestão Estratégica de Destinos Turísticos), Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.
- Turismo de Portugal, 2007, *Plano Estratégico Nacional do Turismo – Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, Lisboa, [http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldoturismo/Anexos/PENT_VERSAO_REVISTA_PT.pdf], (Site acedido em 11 de fevereiro de 2011).
- Vilarinho, F., 2009, Blogue sobre o pedestrianismo e os percursos pedestres em Portugal, [http://pedestrianismo.blogspot.com/], (Site acedido em 10 de dezembro de 2009).